



Psicologia: Reflexão e Crítica

ISSN: 0102-7972

prcrev@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Brasil

Lopes, Carlos Eduardo; Abib, José Antônio Damásio  
O Behaviorismo Radical como filosofia da mente  
Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 16, núm. 1, 2003, pp. 85-94  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18816109>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## O Behaviorismo Radical como Filosofia da Mente

Carlos Eduardo Lopes<sup>1,2</sup>

José Antônio Damásio Abib

Universidade Federal de São Carlos

---

### Resumo

O Behaviorismo Radical de B. F. Skinner é constantemente acusado de eliminar a mente de sua explicação. Uma análise do livro *The Concept of Mind*, de Gilbert Ryle, sugere a possibilidade de defender a mente relacional, diferente da categoria de existência da mente defendida em interpretações cartesianas (mentes). A análise de alguns textos de Skinner sugere que o conceito de uma mente relacional também pode ser defendido. Esse fato, culminaria na possibilidade de que, além de filosofia da Ciência do Comportamento, também pode ser uma filosofia da mente, o que traria consequências ao estudo e à aplicação da Análise do Comportamento. *Palavras-chave:* Behaviorismo Radical; categorias de existência; mente relacional; filosofia da mente.

### Radical Behaviorism as Philosophy of Mind

#### Abstract

B. F. Skinner's Radical Behaviorism has been repeatedly accused of eliminating the mind from its explanation. An analysis of Gilbert Ryle's book, *The Concept of Mind*, suggests the possibility of defending a relational mind, different from the category of existence of mind defended in Cartesian interpretations (minds). The analysis of some texts of Skinner suggests that the concept of a relational mind can also be defended. This fact would lead to the possibility that, beyond a philosophy of Behavior Science, Radical Behaviorism could also be a philosophy of mind, which would bring consequences to the study and application of Analysis of Behavior. *Keywords:* Radical Behaviorism; categories of existence; relational mind; philosophy of mind.

---

Desde que foi apresentado por Skinner pela primeira vez, em seu famoso artigo *The Operational Analysis of Psychological Terms*<sup>3</sup> (1945/1961), o Behaviorismo Radical foi, e ainda é, fortemente criticado. Enquanto artigos inteiros foram dedicados a criticar sua obra (Blanshard & Skinner 1967; Chomsky, 1959; Giannotti, 1974), Skinner (1953/1966, 1974), com a ajuda de outros autores, contemporâneos e posteriores a ele (Chiesa, 1994; Creel, 1980; Smith, 1986; Zuriff, 1979, 1980, 1985), defendeu o Behaviorismo Radical tentando esclarecer seus pontos mais controversos. A maioria desses pontos foram inconsistentemente explicitados, durante a obra de Skinner, mostrando que muito das críticas dirigidas à ela eram infundadas. Um exemplo desse tipo de crítica é a constante

Há, entretanto, outras críticas que não conseguem tanto consenso tanto entre críticos como entre apoiadores do Behaviorismo Radical. Um exemplo é a questão de que o Behaviorismo Radical nega, consequentemente, a existência da mente. Skinner trataria apenas de um mundo de comportamento, deixando de lado a mente. Alguns autores, como William James, acreditavam que a mente seria o verdadeiro objeto de estudo da filosofia. Mas será que tal afirmação é correta? De fato, uma vez, trata-se de uma má interpretação da filosofia de Skinner.

Um autor que pode vir a se tornar um grande problema da existência da mente é o filósofo

A teoria das categorias, que teve início com Aristóteles (Trad. 1985), afirma que há mais de uma categoria de existência do ser (Bochensky, 1959/1977). Bochensky aponta três dessas categorias: *substâncias*, *qualidades* e *relações*. Partindo dessa idéia aristotélica, Ryle (1949/1980) constrói um argumento com base em uma análise gramatical na qual mostra que é possível descobrir um erro no uso filosófico de *termos mentais*. O senso comum, muitas vezes, não considera a *mente* como uma substância, pois faz uso de verbos no gerúndio para falar de termos *mentais* (pensando, vendo, sentindo); já os teóricos, partem desse uso (senso comum), mas substantivam os verbos (pensamento, visão, sentimento), dando origem, assim, à uma substância mental. Desta forma, a mente pode ser compreendida como um *erro categorial* cometido pelos teóricos, uma vez que eles a tratam como se fosse uma substância, enquanto que, na verdade, ela pertence a uma categoria de existência distinta.

O que o texto que se segue pretende investigar é se o mesmo raciocínio empregado por Ryle (1949/1980) pode ser aplicado numa investigação acerca do Behaviorismo Radical ou, em outras palavras, se é possível defender a existência de uma mente não-cartesiana a partir de uma perspectiva skinneriana. À medida que uma mente não-substancialista possa ser admitida por essa teoria, seguir-se-á a análise da possibilidade do Behaviorismo Radical, além de ser filosofia da Ciência do Comportamento (ou da Análise Experimental do Comportamento), também possa ser considerado uma filosofia da mente. Se isso for possível não faria sentido dizer que Skinner elimina a mente de sua explicação, enquanto o termo *mente* não for devidamente explicitado.

### Ryle e o Conceito de Mente

Segundo Ryle (1949/1980), o conceito tradicional de mente compromete-se com a chamada *doutrina oficial*, “uma doutrina sobre a natureza e localização das mentes que prevalece tanto entre os teóricos quanto entre os leigos” (p. 12). Esse conceito é, portanto, “um conceito de

praticamente todas essas características, que não está submetida às leis físicas).

Outra importante característica da *doutrina oficial* é que ela só pode ser conhecida pelo seu “dono”, passando a ser considerada diretamente por outras pessoas. Dessa forma, se, por exemplo, o conhecimento da mente é inquestionável para o “dono”, através de um exercício de introspecção, nesse lado, esse conhecimento passa a ser impossível para outras pessoas, podendo ser, na melhor das hipóteses, inferenciado, com base na existência de suas ações.

### Inteligência

O coração da doutrina oficial é a inteligência. Comportamentos que manifestam um conhecimento de determinado assunto são considerados prova dessa concepção como as expressões materiais de uma mente: são os comportamentos intelectuais. O principal conceito de conduta-mental (*mental behavior*) para a doutrina oficial é a inteligência, sendo todos os outros conceitos subordinados a ela.

Essa concepção, assim como a doutrina oficial, tem uma raiz bastante longínqua; os gregos já tinham a capacidade de conhecer verdades à parte da alma. Essa capacidade de “teorizar” consiste em associar características com a mente; a principal é que a mente é privado, que, possivelmente, é o responsável pela identificação entre inteligência e trabalho. Ryle (Trad. 1972) definiu o pensamento como “uma operação para si mesma. A mente, de acordo com sua natureza, trabalha em silêncio e só o próprio sujeito é capaz de perceber esse processo, o ‘teorizar’ encaixa-se perfeitamente na definição”.

Portanto, estudar a inteligência é, de certa forma, estudar a doutrina oficial, estudar o pensamento animal. Mas, como foi dito anteriormente, o pensamento é o trabalho da mente, manifesta-se de modo que torna seu estudo, de acordo com a doutrina oficial, trivial. Assim, é trivial.

exibe inteligência quando o sujeito está pensando no que está fazendo, durante o que está fazendo e, consequentemente, não desempenhará tão bem a tarefa se não pensar para fazer (Ryle, 1949/1980).

De acordo com a definição acima, para que um desempenho seja considerado inteligente é preciso que, antes da ação propriamente dita, ocorra um reconhecimento intelectual de regras ou critérios por parte do indivíduo, para que, só depois disso, ele possa executar a tarefa de acordo com essa *auto-instrução*. Portanto, na verdade, quando se fala de um comportamento inteligente, de acordo com a doutrina oficial, não se está referindo à uma atividade, mas a duas – considerar as regras apropriadas e pô-las em prática. Intuitivamente pode-se dizer que é justamente nesse ponto em que os defensores da doutrina oficial introduzem a separação entre as ações do corpo e o trabalho da mente: a ação aberta que classificamos como inteligente é resultado da atividade da mente em considerar regras e critérios adequados para determinada situação. Sendo assim, a classificação de um comportamento como inteligente ou estúpido tem que se referir aos processos privados e não à ação observada.

Ryle (1949/1980) critica os defensores da doutrina oficial demonstrando que eles são vítimas das “armadilhas” do vocabulário mental do senso comum. Expressões usadas pelo senso comum podem ser “sistematicamente enganadoras” (Ryle, 1931-32/1967), no sentido de fornecerem a possibilidade de que os teóricos cometam erros, sobretudo categoriais, ao tentar interpretá-las fora de seu contexto original. O vocabulário mental largamente empregado pelas pessoas no dia-a-dia é, muitas vezes, distinto daquele defendido pela doutrina oficial. As expressões que compõem esse vocabulário podem ser classificadas, na maioria das vezes, como *enunciados quase-ontológicos*, pois, embora em seu uso original não haja nenhuma pretensão metafísica, muitos teóricos, ao tentar interpretá-las, passam a admitir tal caráter, substancializando, por exemplo, o que originalmente não é substância. Esse erro categorial pode

Possuir uma propriedade determinada é ter a capacidade de alteração de seu estado inicial quando uma dada mudança ocorre. A propriedade é considerada uma propriedade de um sistema, se exibindo inteligência não é pensada como uma propriedade de si mesma diante de um problema de mudanças. Um sistema que produz um bom resultado. O único resultado que é considerado inteligente é aquele que é considerado inteligente, por exemplo, quando o sistema faz todo o jogo, fazer apenas um resultado.

Ter inteligência pode ser visto como uma propriedade determinada atualização, de um sistema que é precedida de uma dada ação. É uma característica importante da inteligência: elas estão em constante mudança, dependendo da forma como se comporta de forma inteligente. Os resultados dessa ação mudam de acordo com as mudanças que se nesse contexto no futuro, não só a vez mais a ação; sendo assim, é considerado uma nova lição”

Deve-se deixar claro que a definição de inteligência difere da explicação causal e, portanto, que a disposição causa o desempenho. Por exemplo, se a explicação causal diria que “o vidro quebrou quando a pedra caiu em cima dele”; já uma explicação causal diria que “o vidro quebrou quando a pedra caiu em cima dele porque ele era frágil” (Ryle, 1949/1980). A disposição é a qualidade “frágil”, que a fragilidade do vidro faz com que ele quebre. A disposição só se manifesta quando a ação anterior ocorreu, “a pedra cair em cima do vidro” e “ela não pode causar a mudança”.

Se o desempenho inteligente é considerado anteriormente, está em constante mudança, é preciso defender que a compreensão se mantém constante, mesmo quando a ação muda.

essa proposta dissolvem-se muitos dos problemas que surgem ao se aceitar a doutrina oficial como explicação. Não há nenhuma inferência ao admitir que todas as pessoas têm mentes. Tudo o que se necessita para descobrir características de outras pessoas, como seu conhecimento, seus interesses e suas habilidades, está na observação de seu comportamento, e não em causas internas fantasmagóricas (Ryle, 1949/1980). “Os desempenhos inteligentes abertos não são um vestígio do trabalho das mentes. Eles são esse trabalho” (p. 57). Além disso, a concepção proposta por Ryle acaba com uma série de dicotomias como, por exemplo, físico/mental, interno/externo, mente/matéria. Ao identificar os erros categoriais cometidos pela doutrina oficial as dicotomias tornam-se inviáveis – a disposição não é nem externa, nem interna.

A *mente*, segundo essa proposta, deixa de ser algo obscuro e inacessível e, atribuir tal caráter aos processos mentais é uma demonstração da ignorância acerca da teoria das categorias fundada por Aristóteles (Trad. 1985). Não há apenas uma categoria de existência do ser, como parece acreditarem os defensores da doutrina oficial, e ao demonstrar que a mente pertence a uma categoria lógica distinta do corpo, o problema mente/corpo parece que também pode ser dissolvido.

### **A Qual Categoria Pertence a Mente?**

A “linguagem ordinária” (Ryle, 1931-32/1967, 1949/1980) é um ponto de partida para uma análise acerca da categoria de existência da mente. Um primeiro passo para essa tarefa é diferenciar *vocabulário mental* de *vocabulário mentalista*. No primeiro caso, os termos referentes à mente não têm qualquer pretensão ontológica<sup>4</sup> – é o vocabulário do senso comum ou a linguagem ordinária; no segundo caso, embora os termos derivem do primeiro uso, eles referem-se à uma mente substancial – é o vocabulário utilizado pelos teóricos defensores da doutrina oficial.

O vocabulário mental é, na maioria das vezes, formado por verbos no gerúndio. Essa forma verbal é indicadora de que a mente é um agente, um sujeito que age, que

de comportar-se em cada um dos casos bem compreendido para não dar margem que a topografia ou a forma do comportamento é critério que distingue o mental do não-mental (1980) é bastante claro sobre esse ponto: “... atribuem uma função mínima à topografia, vez que até mesmo a negá-la. Assim, quando um comportamento é habilidoso, ‘... considerando somente os movimentos que testemunhamos’ (p. 33). Ou, ‘... pode não ser visível ou audível entre um ato habilidoso e um sem habilidade ou sem graça...’ (p. 33). As tropeções e cambalhotas de palhaços desajeitadas é a mesma, mas os ‘casos’ de palhaço, na presença de crianças, tropeçam de propósito, parece desajeitado, recebe machuca, é bem sucedido. O palhaço desajeitado pessoas desajeitadas não são. Pois se as cambalhotas não satisfazem essas condições. Circunstâncias adequadas e desempenho nas condições que precisam ser satisfeitas para que o comportamento seja visto como exibição de habilidade. Em suma, para Ryle, a habilidade de comportamento não é critério para discernir se o comportamento é habilidoso ou não. Essa posição de Ryle é similar à de Skinner, no qual um organismo procura por estímulos no ambiente familiar é claramente dependente de estímulos passados” (p. 107, grito nosso). O modo de comportamento é determinado pelo sucesso (Ryle) ou pelo ambiente (Skinner), sendo, por esse motivo, funcional, que diz respeito à qualificação de um comportamento como inteligente, o modo de comportar-se nada mais é que esse comportamento tem, sendo, portanto, impossível diferenciá-lo de um comportamento estúpido.

Se é o comportamento em si o que determina a qualificação inteligente ou estúpido, e se esse comportamento é um indicador da existência ou não de uma mente, é óbvio que o comportamento é a mente.

reduzem os conceitos mentais a comportamentos publicamente observáveis. Essa orientação filosófica que exclui do âmbito da filosofia da mente tudo o que não é publicamente observável é conhecida como Positivismo Lógico ou Behaviorismo Lógico (Carnap, 1932-33/1965; Zuriff, 1985). O Positivismo Lógico é um operacionismo e um fisicalismo que conduzem à noção de verdade por consenso. A Filosofia Analítica de Ryle é bem diferente do Positivismo Lógico (Marcondes, 1989; Zuriff, 1985). Ryle corrige o erro categorial que identifica disposição com ocorrência. Com essa correção não há como reduzir o significado dos conceitos mentais a comportamento. Com efeito, para Ryle, disposições “são indefinidamente heterogêneas” (p. 44). De um lado, isso significa dizer que são variadas e indefinidas as circunstâncias nas quais comportamentos atualizam disposições; de outro lado, que nenhuma disposição pode ser definida por uma atualização. Como decorrência, ficam descartados o operacionismo, o fisicalismo e o conceito de verdade por consenso defendidos pelo Positivismo Lógico. Quando se diz, aqui, que a mente pode ser interpretada como comportamento, isso se diz no sentido de Ryle, e não no sentido do Positivismo Lógico.

Entende-se que comportamento é um relativo – uma relação entre organismo e ambiente que se apresenta como o dado inicial da análise (não há organismo e ambiente que posteriormente relacionam-se; há relação entre organismo e ambiente). Parece, portanto, que a mente é relação e a disposição é qualidade do “comportamento mental” (ação mental).

#### Ryle e Skinner: Uma Comparação Possível?

Resta, depois da descrição feita até agora, verificar até que ponto as propostas de Ryle (1931-32/1967, 1949/1980) podem ser empregadas em uma interpretação do Behaviorismo Radical. Para tal é preciso retomar algumas delas e, sistematicamente, apontar sua plausibilidade em relação à teoria skinneriana.

é comportar-se” (Skinner, 1966). “Inteligência”, Skinner demonstra, é o resultado de processos dos cognitivistas: “começamos primeiramente a pensar que mostra inteligência”, e então “descobrimos que é o efeito da inteligência” (Skinner, 1966). Os cognitivistas são vítimas de um engano: “eles sistematicamente enganadora e enganosa maneira substancialmente incorreta” (Skinner, 1966). Eles chamada “inteligência”; como resultado, passam a considerar que na realidade o comportamento é um mero resultado de processos mentais e, consequentemente, que a inteligência é uma faculdade mental – só pode ser medida através do comportamento. Acredita-se que a inteligência passa a substantivo e sujeito de estudo, e que o comportamento passa a ser sujeito de estudo.

#### Conceitos Disposicionais e Operacionais

Ryle (1949/1980) classifica os conceitos em conceito disposicional. A inteligência é um conceito que deve ser entendida como causa do comportamento. É a causa de uma causalidade mecânica; a inteligência é uma disposição para compreender e agir de determinada maneira em uma dada circunstância.

O “conhecimento” sobre determinado fato ou princípio consiste em uma disposição para responder a perguntas diferenciado em determinada maneira, obtendo um bom resultado. A inteligência é mais que inteligência, quanto no do comportamento. A inteligência é a capacidade de representar e de usar o conhecimento. É a capacidade de saber fazer, mas também de imaginar, entre outras coisas; ser capaz de gerar inúmeras possibilidades, de gerar infinitude de comportamentos diferentes, de gerar soluções originais, no caso da criatividade, de gerar resultados inovadores, de gerar bons resultados.

Em Skinner (1953/1966), a inteligência é entendida como a probabilidade de que o organismo responda de maneira adequada a situações determinadas.

como disposição: “o homem encolerizado, assim como o homem faminto, mostra uma *disposição* para agir de certa maneira” (p. 168, grifo nosso). *Predisposição e humor* são definidos como uma probabilidade de segunda ordem: “a probabilidade de que uma dada circunstância originará a probabilidade de uma dada resposta” (p. 169), e diferenciados através de um critério temporal, ou seja, enquanto o humor é um estado mais fugaz (é possível acordar de mal humor e em seguida mudar), a predisposição é mais duradoura.

Em Skinner (1953/1966), tal como em Ryle (1949/1980), a disposição para agir não pode ser entendida como a causa da ação, a disposição é descrição da probabilidade e, como tal, não é uma entidade operacionalizável no sentido do Positivismo Lógico. Quando, por exemplo, se fala em compreensão como uma disposição para comportar-se de determinada maneira, não é correto tentar observar ou mensurar essa disposição da mesma maneira que se faz com os comportamentos que são atualizações dessa disposição. A procura por uma entidade, fisiológica ou psíquica, para identificar com a disposição é um grave erro cometido por psicólogos, cientistas e filósofos. A “fome”, por exemplo, é uma alta probabilidade de ingerir alimento e não um estado subjetivo e introspectivamente observado. Postular que a disposição é uma entidade de natureza substancial é cometer um erro categorial<sup>5</sup>.

Os conceitos disposicionais são operacionalizáveis no Behaviorismo Radical. Três condições são necessárias para compreender essa operacionalização. Primeira, observar que comportamentos que atualizam disposições podem vir acompanhados de eventos privados. Por exemplo, Skinner (1953/1966) trata emoções como disposições e como eventos privados. Isso não significa cometer o erro categorial de reduzir disposições à ocorrências. Significa somente afirmar que quando um comportamento atualiza uma disposição emocional, a emoção é também um evento privado que acompanha o evento comportamental (o comportamento que atualiza a disposição). Segundo, devem existir condições que levam a alterações

de operações...”(p. 166, grifo nosso). Sugere-se que a noção de evento de Skinner (evento público) corresponde à noção de ocorrência de um tanto evento (Skinner) quanto ocorrência de um evento à lógica do acontecimento e não à lógica da disposição. Terceiro, a citação anterior deve ser entendida como o que significa operacionalizar estados. Trata-se de casos complexos, onde vigem “efeitos múltiplos e interdependentes”, onde a operacionalização deve ser realizada de forma que “não sejam ignoradas, porque, para usar a frase de Ryle, as operações são indefinidamente heterogêneas”. A operacionalização reduz o significado dos estados às operações, mas seu significado é aberto, os estados não são observados, há sempre um grau de liberdade na interpretação. A operacionalização de estados comportamentais no Behaviorismo Radical é a operacionalização de eventos privados. Skinner (1953/1966) e Tolman (1957) traçou claramente o roteiro para a operacionalização de eventos privados. Skinner (1953/1966) operacionalizou os estados privados. Porém operacionalizar estados privados é diferente de operacionalizar eventos privados. Um exemplo de operacionalização de eventos privados no Behaviorismo Radical é a operacionalização de eventos privados no Behaviorismo Radical, que é enriquecida por uma teoria sobre estados privados.

Seguindo o que foi dito acima é possível operacionalizar os conceitos do Behaviorismo Radical com base em um exemplo é o conceito de repertório comportamental. O repertório comportamental de uma pessoa é o conjunto de seu comportamento, não é um estatuto psíquico e, tampouco, deve ser entendido como um “depósito” de comportamentos; trata-se de um sistema de disposições para comportar-se de modo adequado a determinadas situações. A gênese do repertório comportamental está nas contingências de reforço que foi, e continua sendo, exposta e, por essa razão, constante mudança.

Se essa análise está correta, é possível fazer uma afirmação: no Behaviorismo Radical, o Behaviorismo Radical, a Filosofia da Mente de Ryle, o conhecimento de um comportamento pode ser definido em termos de disposições e de eventos privados.

### Compreensão Social

Outra questão que Ryle (1949/1980) parece colocar em boa ordem é a que diz respeito à compreensão do outro, ou a também chamada compreensão social. A tese criticada por Ryle é a seguinte: só é possível compreender uma pessoa a partir do momento em que se descobre “o que ela está pensando”, mas isso só pode ser alcançado de modo indireto, através de uma inferência com base no produto do pensamento – o comportamento. O que permeia esta questão é, possivelmente, o maior problema a ser enfrentado pelos defensores da doutrina oficial, o solipsismo. Com efeito, se só é possível ter certeza da existência da própria mente e se a mente do outro é inacessível, o máximo que se pode fazer é inferi-la com base no produto observável de seu trabalho, no caso, o comportamento.

Ryle (1949/1980) critica essa concepção apontando que o conhecimento social é um processo direto, ou seja, não existem processos mentais ou estados inacessíveis que antecedem e causam o comportamento. Quando alguém diz que comprehende outra pessoa, isso não é uma inferência, mas o produto da observação do comportamento dessa pessoa; um exemplo mais banal: dizer que uma pessoa está faminta não é inferir um estado interno, que causa o comportamento de comer, é observar que assim que for possível essa pessoa come.

Outro autor que participa dessa discussão é Köhler (1929/1970), um psicólogo da *Gestalt* que critica de maneira contundente as tradições de pensamento que defendem que a compreensão social é um processo indireto. Segundo Köhler, para os defensores dessa concepção, a validação do processo de compreensão social vem da analogia entre aquilo que ocorreu várias vezes no passado e foi observado pela própria pessoa, essa repetição do par experiência/comportamento produz uma *associação*; consequentemente sempre que determinado comportamento é observado em outra pessoa as experiências são automaticamente *relembadas* (sem que isso

social como um processo indireto dia as pessoas comprehendem um problema, trazendo indícios para considerar a compreensão social (Köhler, 1929/1970). Essa concepção aceita pelo Behaviorismo é simplesmente responder de que sentido compreender alguém é responsável pelo seu comportamento ou às observações desse mesmo comportamento dessa pessoa. Saber se observar seu comportamento é saber, de acordo com o Behaviorismo, que controlam o comportamento. Eles podem ser considerados processos mentais que permitem saber “o que alguém está pensando” (Ryle, 1974, p. 104) –, ou as variáveis que controlam o comportamento. Voltando a um exemplo anteriormente, para saber se uma pessoa está faminta, basta observar se assim que ela estiver com fome o comportamento de comer, ou seja, sem ingerir alimento algum. Isso é porque esse processo não envolve inferências, é um processo mental que é causado por fome. A fome é simplesmente estar com fome, sentir fome é sentir a falta de alimento e, consequentemente, comer é possível.

### Comportamento Mental

A conclusão que se pode tirar é que, a partir da proposta de Köhler, o comportamento social é um processo direto, considerado como parte da linguagem. As palavras, quando um comunicador é considerado mental?

A resposta para essas questões deve ser feita analisando-se a linguagem ou, mais precisamente, a comunicação. Anteriormente, Ryle (1949/1980) argumentava que a linguagem é

de critérios universais, eles dependem do observador e, se são definidos pela comunidade verbal, podem variar de comunidade para comunidade.

A discussão acima refere-se a um “tipo” de mente – aquela que é constituída pelo “intelecto”, e que geralmente é classificada como tal –, entretanto, Skinner (1953/1966, 1957, 1969, 1974), parece ampliar esse conceito, incluindo, por exemplo, o que outras tradições do pensamento psicológico chamam de *psique* (*psyché*). Sendo assim, as emoções e motivações também são “integrantes” da mente<sup>6</sup>.

### **A Mente Relacional**

Pretende-se defender, aqui, uma tese não realista, que parece ser a mais adequada para uma análise do Behaviorismo Radical. Sendo assim, assume-se que a teoria aristotélica das categorias pode ser desconstruída mediante a aceitação da *relação* como categoria primordial. Portanto, a observação de supostas substâncias são mera abstrações, ou ingenuidade por parte do observador, que não percebe que, também nesse caso, trata-se de relações.

Uma justificativa para tal escolha é que o dado que se apresenta na análise é a contingência – tanto o observado, quanto o observador estão sob controle de contingências –, sendo impossível desvincilar-se dela; logo, como seria possível defender um mundo “externo” formado por substâncias que nunca podem ser efetivamente conhecidas? A proposta aqui defendida é que se as contingências podem ser analisadas sem que haja a necessidade de inferir a existência de substâncias, elas, as substâncias, são construções teóricas dispensáveis. O mundo, tal qual conhecemos, é contingente à nossa história passada<sup>7</sup> e não há razão para inferir a existência de um outro mundo externo impossível de ser diretamente conhecido.

Desta forma, justifica-se a afirmação de que é possível defender a existência de uma mente relational de dentro de uma perspectiva behaviorista radical, na qual essa relação é entendida como comportamento mental.

como foi dito anteriormente, originam-se de teóricos lidarem com um pensamento que não se esgota em oposições binárias. E a maioria dessas dicotomias desaparece quando se abandona a interpretação substancialista.

Na leitura substancialista da mente, o corpo com a mente dá origem à seguinte dicotomia: o corpo é *público*, a mente é *privada*, e os defensores da doutrina oficial classificam a mente como *externo* e a segunda como *internas*. Mas a distinção entre essas duas substâncias. Como já mencionado anteriormente, Ryle (1949/1980) esvazia a discussão, pois considera que a mente é uma categoria de existência que não admite dicotomia, e que a relação não é nem interna nem externa, mas é a própria natureza do comportamento mental é caracterizada por sua disposição, que não é nem pública, nem privada.

Seguindo a comparação entre Ryle e o Behaviorismo Radical não pode ser classificado nem como internalismo, nem como externalismo, nem como neutralismo, porque se tente fazer esse tipo de classificação, o organismo e o ambiente, mas visto que o organismo e ambiente são construções teóricas, há um sem o outro. Sendo assim, à medida que o organismo depende do ambiente, e vice-versa, a dicotomia não pode ser nítida ou clara, e é preciso fixar uma referência para considerar o organismo como interno e o ambiente como externo – eles são inseparáveis. De modo similar, é preciso disso, o objeto de estudo do Behaviorismo Radical é o comportamento, que, por sua vez, é classificado nem como interno, nem como externo.

No que diz respeito à dicotomia entre o organismo e o ambiente, Skinner (1945/1961, 1953/1966, 1957, 1969, 1974), mantém em sua obra. Entretanto, se a dicotomia entre o organismo e o ambiente está correta, ela também deveria ser considerada como um processo de compreensão social, que é defendido por Ryle (1949/1980) e Köhler (1925), como um processo *direto*, o que impede que o organismo e o ambiente sejam separados.

radical. Entretanto, resta uma questão: por que Skinner não considerou esse tipo de mente, literalmente? Possivelmente não há uma resposta definitiva para essa questão, mas segue-se uma tentativa de resolver tal impasse.

Skinner (1990) diz que o vernáculo – a linguagem do cotidiano –, embora não seja compatível com a linguagem científica, não deve ser menosprezado. Isso pode ser explicado da seguinte maneira: os conceitos mentais, do senso comum, são o dado inicial para qualquer estudioso do comportamento humano; sendo assim, o Behaviorismo Radical enquanto filosofia da Ciência do Comportamento deve tratar dessa linguagem tornando possível a comunicação entre senso comum e ciência – se a linguagem do senso comum for substancialmente diferente da científica, a ciência conta com dados para demonstrar que o senso comum está equivocado. De acordo com o que foi analisado até agora, Ryle (1949/1980) defende uma posição contrária, o equívoco é dos teóricos, não do senso comum; portanto, cabe, aqui, tentar analisar até que ponto Ryle tem razão e se essa é também a posição de Skinner.

Se, por um lado, Skinner (1990) distingue a linguagem do senso comum, da científica, por outro lado, ele parece aproximar-as bastante durante algumas análises do comportamento verbal: “máximas e provérbios ... descrevem mais propriamente contingências gerais de reforçamento” (p. 1206). Se em provérbios e outros ditos populares a “sabedoria” popular manifesta-se e se eles descrevem contingências, assim como a linguagem do Behaviorismo Radical o faz, a passagem de uma linguagem para outra não é tão brusca quanto parece – há uma diferença de terminologia e de interpretação<sup>8</sup>.

Talvez a preocupação científica de Skinner (1989) seja a responsável pela acentuação da discrepância entre as duas linguagens: “quase todos os campos da ciência têm duas linguagens, uma para as coisas observadas casualmente na vida diária e uma presumivelmente para as mesmas coisas observadas com os instrumentos e métodos da ciência” (p. 33). Como filosofia da Ciência do Comportamento, o Behaviorismo Radical não é uma linguagem, mas sim uma

Behaviorismo Radical. Assim, psicólogo clínico fala de seus sintomas, mas não de sua mente; exemplo, isso não pode ser dito de forma lógica, com a justificativa de que o cliente é verdadeiro até que se prove. Afinal, se a mente é relacional, se não é algo que existe, há uma realidade mental, que seria a realidade das realidades mentais que seriam ilusórias ou inexistentes.

Ao contrário da filosofia da Ciência do Comportamento, que defende a existência de uma mente que é a base de uma mais atual, que identifica a mente com o Behaviorismo Radical pode ser dito que a mente na exata medida em que é a base de uma relação complexa – como a linguagem – pode ser reduzido aos seus componentes.

Se respondéssemos então à pergunta de Ryle (1990): a psicologia pode ser considerada ciência, a resposta seria, sim, contanto que a psicologia seja vista como uma filosofia da Ciência do Comportamento, mas sim do tipo de filosofia que acrescenta o próprio Skinner (1990), a filosofia do Comportamento possa ser chamada de ciência.

## Referências

- Aristóteles. (Trad. 1985). *Categories* (J. L. Heald, Org.), *The complete works of Aristotle*. Princeton University Press.
- Blanshard, B. & Skinner, B. F. (1967). *Philosophical and Phenomenological*. London: Methuen.
- Bochensky, I. M. (1977). *Diretrizes do psicólogo clínico*. São Paulo: EPU. (Original publicado em 1967).
- Carnap, R. (1965). Psicología en lenguaje empírico. In: C. N. Molina, F. M. Torner & R. R. Ibarra (Eds.), *El positivismo lógico* (pp. 171-204). México: Limusa. (Original publicado em 1932-33).
- Chiesa, M. (1994). *Radical behaviorism: The philosophy of B. F. Skinner*. Autors Cooperative.
- Chomsky, N. (1959). A review of B. F. Skinner's *Verbal Behavior*. *Language*, 35, 26-58.

- Platão. (Trad. 1972). Fédon (J. Paleikat & J. C. Costa, Trad.). Em V. Civita (Org.), *Coleção os pensadores* (Vol. 3, pp. 61-132). São Paulo: Abril Cultural.
- Ryle, G. (1967). Systematically misleading expressions. Em R. Rorty (Org.), *The linguistic turn: Recent essays in philosophical method* (pp. 85-100). Chicago: The University of Chicago Press. (Original publicado em 1931-32)
- Ryle, G. (1980). *The concept of mind*. New York: Penguin Books. (Original publicado em 1949)
- Skinner, B. F. (1957). *Verbal behavior*. New Jersey: Prentice-Hall.
- Skinner, B. F. (1961). The operational analysis of psychological terms. Em B. F. Skinner (Org.), *Cumulative record* (pp. 370-384). New York: Appleton-Century-Crofts. (Original publicado em 1945)
- Skinner, B. F. (1966). *Science and human behavior*. New York: McMillan. (Original publicado em 1953)
- Skinner, B. F. (1968). *The technology of teaching*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1969). *Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1989). *Recent issues in the analysis of behavior*. Behaviorism, 7, 1-12.
- Skinner, B. F. (1990). Can psychology be a science? *Journal of the Experimental Psychologist*, 45, 1206-1210.
- Smith, L. D. (1986). *Behaviorism and logical positivism*. London: Hutchinson Educational.
- Zuriff, G. E. (1979). Ten inner causes. *Behaviorism*, 7, 1-12.
- Zuriff, G. E. (1980). Radical behaviorist epistemology. *Philosophical Review*, 87, 337-350.
- Zuriff, G. E. (1985). *Behaviorism: A conceptual reconstruction*. London: Hutchinson Educational.

#### Sobre os autores

**Carlos Eduardo Lopes** é aluno do Curso de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de São Carlos. Bolsista da FAPESP.

**José Antônio Damásio Abib** é Professor do Departamento de Filosofia e Metodologia da Universidade Federal de São Carlos. Pesquisador do CNPq.